



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 103ª
(CENTÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária, terça-feira, 19 de novembro de 2013. São 15h41min.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Solicito à Segurança que abra as portas da galeria para acomodar a população que veio acompanhar o processo de deliberação da Casa na tarde de hoje.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 102ª Sessão Ordinária.

Estamos com 4 Parlamentares em plenário. Vou suspender a sessão por três minutos, a fim de que tenhamos *quorum* suficiente para a abertura dos Comunicados de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h45min, a sessão é reaberta às 15h48min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, passa-se aos
Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uso o horário destinado aos Comunicados de Líderes – está entrando em plenário a nossa Líder do Governo, Deputada Arlete Sampaio – porque acho que fizemos muita coisa importante no ano de 2013. Temos na pauta uma matéria que é fundamental, meu amigo Deputado Evandro Garla.

Desde quando eu era estudante, lá no Centro 12, onde eu estudava, lá em Taguatinga Norte, ali do lado da 17ª, já existiam as cantinas nas escolas públicas. E esta é a matéria que o item nº 5, o Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, vem trazer de volta: o respeito a essas pessoas que sempre trabalharam nas cantinas públicas do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, Deputados e Deputadas que estão no plenário e em seus gabinetes, nós esperamos que na tarde de hoje possamos votar o item nº 5 e tirar uma pedra do calcanhar desses trabalhadores que ficam sofrendo na opressão, com aquela pressão psicológica, pois estão querendo tirar o seu direito adquirido. Trata-se de pessoas que trabalham há 15, 20, até 30 anos nessas cantinas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V. Exa. está propondo que se tire a pedra do calcanhar deles?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sim, Sr. Presidente, porque quando não se vota, eles ficam na opressão, eles estão lá angustiados e eles querem terminar o ano trabalhando com tranquilidade.

Portanto, Sr. Presidente, eu espero que na tarde de hoje possamos dar um basta nesse assunto, votar, e que o governador sancione e acabe de vez com essa injustiça com os cantineiros do Distrito Federal. Isso é o que eu espero. Isso é o que eu espero e estou esperando aqui *quorum* máximo porque esta Câmara Legislativa nunca foi omissa nesses três anos em que estou aqui. Ela nunca foi omissa com os trabalhadores e tenho certeza de que na tarde de hoje os cantineiros vão sair daqui vitoriosos, mais uma vez vitoriosos! Infelizmente, alguém sempre quer colocar uma pedra no caminho do trabalhador, mas esses trabalhadores que trabalham nas escolas públicas do Distrito Federal, Deputada Celina Leão, podem ter a certeza de que nós estamos aqui do lado deles. Portanto, fiquem tranquilos, porque daqui a pouco nós vamos votar e vamos acabar com essa angústia de vocês. (Palmas)

Eu quero, também, Sr. Presidente, fazer aqui um agradecimento público porque quando essa matéria chegou lá na nossa comissão, a Deputada Celina Leão foi uma presidente eficaz e rápida para resolver essa questão lá na CAS, na nossa comissão. Então, Deputada Celina, nesse pronunciamento agradeço a V.Exa. pela seriedade com que V.Exa. tratou a matéria.

Que na tarde de hoje, se Deus quiser, nós possamos brindar a aprovação desse projeto, que é o item nº 5 da pauta de hoje. A Líder do Governo inclusive pediu que colaborássemos no *quorum* para votar. Muito obrigado, Sr. Presidente. É só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente, Deputado Agaciel Maia; Sr. Ouvidor; demais Deputados aqui presentes, Sras. Deputadas, eu quase não tenho usado esta tribuna. Às vezes, ouço muito aqui, mas hoje eu me sinto obrigado a vir aqui porque há uma orquestração precipitada de denúncias muito fortes. Eu sei que vários companheiros já passaram aqui por esse tipo de acusação. Recentemente tivemos alguns companheiros sendo acusados sobre uma questão de locação de veículos, mas quero dizer a V. Exa. que aqui prepararam um texto e eu vou lê-lo:

Venho a esta tribuna, nesta tarde, para expressar minha indignação quanto às constantes acusações que diariamente tentam lançar sobre mim.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Tenho ficado em silêncio durante muito tempo porque ainda acredito na seriedade das instituições, porque minha história de vida sempre foi pautada pela defesa da democracia e pela defesa da liberdade de expressão e porque ainda acredito na Justiça. Não tenho dúvida de que a verdade pura dos fatos fluirá em meu favor. E hoje, mais uma vez, tentam lançar sobre mim mais uma acusação.

Em decorrência de suposta denúncia anônima, um determinado jornal diário me fez acusações de falsificar notas fiscais e de utilizar indevidamente recursos da verba indenizatória. Segundo a matéria jornalística, a empresa contratada para me alugar uma van não é locadora de veículos e, portanto, o carro que foi utilizado por mim e pela minha equipe não existia ou não poderia ter sido locado.

Senhoras e Senhores Deputados, essa acusação é absurda, irresponsável, maldosa e sobre isso não posso continuar calado. Primeiramente, quero deixar claro que qualquer acusação anônima deve ser analisada com muito cuidado, primeiro porque se o denunciante tivesse convicção do que falava não se esconderia; segundo porque não tenho dúvida de que esse é um trabalho orquestrado, claramente direcionado contra meu mandato conquistado nas urnas, não por favor de ninguém, mas porque minha história de luta em defesa desta cidade sempre falou mais alto do que qualquer acusação leviana.

Agora vejam Vossas Excelências que durante a reportagem fizeram entrevistas com várias pessoas perguntando se havia locadora de veículo aqui ou ali.

O Ato da Mesa Diretora nº 31, de 2012, em seu artigo 2º, afirma que a verba indenizatória destina-se a ressarcir os Deputados Distritais de despesas pagas exclusivamente no exercício da atividade parlamentar. O inciso VI afirma ser possível a locação de veículo para transporte a serviço da atividade parlamentar. Em momento algum o ato determina que temos de alugar veículo exclusivamente de locadoras. Quando o contrato foi assinado minha assessoria fez consulta junto ao sistema Sintegra e verificou que dentre as atribuições da empresa contratada estava como atividade secundária outros transportes rodoviários de passageiros.

Ocorre que maldosamente o noticiário informou apenas a atividade principal da empresa e tentou fazer crer que havia ilegalidade na contratação. Contratei uma empresa que me ofereceu menor preço e que tinha o veículo de que precisava para fins de atividade parlamentar.

Essa é a verdade dos fatos. Aliás, tenho em meu gabinete fotografias de utilização dessa van por minha assessoria.

Eu quero deixar claro também aos nobres pares e à imprensa aqui presente que o mesmo ato da mesa que regulamentou a aplicação de verba indenizatória também estabeleceu competência para o Núcleo de Verba Indenizatória verificar, conferir, efetuar glosas e demais providências pertinentes ao regular processamento da documentação apresentada. Além de ter a convicção de que não fiz nada errado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

toda a documentação era avaliada por técnicos desta Casa que certamente alertariam para qualquer problema.

Então, ninguém está aqui pra ser achincalhado irresponsável e sistematicamente todo dia. Tenho uma história de vida, uma família e exijo respeito.

Se porventura os sócios da empresa se separaram ou mudaram de endereço ou ainda mudaram qualquer atividade, seria impossível que eu soubesse disso até porque o contrato foi desfeito no primeiro semestre desse ano. O que não pode ser questionado é que uma van foi colocada à disposição de meu gabinete, o serviço foi realizado, foi pago e a empresa quando contratada podia prestar esse tipo de

Eu quero falar aqui, Sr. Presidente, reforçando que há um espírito de denúncia. Hoje, o próprio proprietário dessa empresa entrou em contato com a reportagem da *Globo*, convidando-os a visitar a empresa, inclusive o prédio é de propriedade dele. Se ele é dono do próprio prédio, como desconhece que tem estabelecimento nesse prédio? Ou foram ao endereço errado, ou maldosamente tentaram fazer essas articulações. Temos sofrido. Nesse processo que estamos respondendo, Sr. Presidente, estou sendo acusado de corrupção passiva do meu próprio dinheiro, isso está no processo. Eu fiz empréstimo para um filho, há os documentos comprobatórios, e quarenta dias depois me devolve parte desse empréstimo; então, não reconhecem o empréstimo que fiz para o meu filho, mas reconhecem o que ele passou para mim como propina dele para mim. É um absurdo, tanta inverdade, tanta correria.

Como diz um desembargador: “Para você, foi um azar o foro privilegiado”, porque estou sozinho. Enquanto, na primeira instância, estão várias pessoas em um mesmo processo que nem sequer foram ouvidas, e já me condenaram. Agora, o Desembargador Getúlio disse: “Como vamos condenar o Deputado se não há nenhuma prova material contra ele? Não existe nada contra ele”. E outro desembargador disse: “Mas nós temos que chegar ao Arruda; e para chegar a ele, temos de punir o Deputado Benedito Domingos”. É isso o que está acontecendo, é como se eu fosse o bode expiatório de uma situação em que não tenho nada a ver com essa política que está em andamento.

Eu quero dizer que eu tenho sofrido muito. Quando o Ministério Público enviou para a Justiça o pedido de abertura, virou manchete nos jornais que iriam me condenar a noventa anos de cadeia. Acho que nem Al Capone, o maior *gangster* dos Estados Unidos, teve um tratamento desses. Sabe o que isso causou? Minha irmã com 74 anos sentiu-se mal, está internada e doente. Hoje, o meu filho tem sofrido amargamente e está internado no Hospital do Coração com uma crise devido ao sofrimento que estamos pagando.

Eu tenho uma vida, Sr. Presidente. Tenho quarenta anos de vida pública. Cheguei a Brasília em 1958, desempenhei muitas atividades nesta cidade, militei politicamente, fundei partido. Por exemplo, fui presidente do comitê para a eleição



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

do Tancredo Neves no Distrito Federal. Desempenhamos várias atividades. Demos legenda para o Roriz em 1990. Fui eleito Deputado Federal em 1990, e em 1994 demos legenda para muitos companheiros. Fui eleito vice-governador. Moro na mesma casa em Taguatinga e não consegui sequer fazer melhorias nela, porque trabalhamos com honestidade. Até hoje tenho três filhos que pagam aluguéis, porque não têm casa própria. Com o trabalho correto e honesto, hoje, penso que largar as minhas atividades empresariais para trabalhar na política, o prejuízo material que eu tive foi muito grande. Eu tive uma regressão de patrimônio e dou uma procuração para quem quiser, para levantar a minha vida, a da minha esposa, a dos meus filhos, a dos meus netos em quaisquer circunstâncias, em Brasília, no Brasil, em qualquer parte do mundo, porque nada temos para esconder dessas situações nas quais somos acusados.

Quem é o acusador principal que tem nos trazido essa grande tribulação? É o elemento que tem a pior vida pregressa do Distrito Federal, condenado em 38 ações, mas se vale da delação premiada para acusar e denunciar quem ele bem quer, e a credibilidade do que ele fala é quase como uma sentença judicial.

Por isso, Sr. Presidente, estou fazendo esse desabafo, porque é lamentável que esse tipo de denúncia, anônima... A Mesa desta Casa, aqui, com sabedoria, determinou cada tipo de atividade que pode ser gasta com a verba indenizatória. Há um teto. Se eu fosse alugar uma van dessas locadoras de luxo, a metade do dinheiro da verba indenizatória não daria para pagar. Por isso, quero dizer aqui que a empresa existe, a empresa é séria, a van trabalhou, prestou serviço, a documentação é perfeita e está em poder da nossa Casa, está em meu gabinete à disposição de quem quiser. Agora, temos que dar um basta nessas acusações que só trazem tristeza, desgosto e até um mal-estar na família, doença na família.

Alguém me perguntou o seguinte: "Por que você não renuncia?". Eu falei que não renuncio porque, se eu renunciar, estarei dando recibo de tudo o que estão me acusando. Eu não vou. Vou até o fim e vou provar que eu sou inocente, que nada devo e que tudo isso de que estão falando é maldosamente uma orientação política. Falaram que esse julgamento não é um julgamento jurídico, é um julgamento político, e eu fico triste quando a nossa Justiça se coloca a serviço da política e, pior ainda, da política ideológica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria dar boa tarde a todos os que estão na tribuna. Sejam bem-vindos a esta Casa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Sr. Presidente, eu venho trazer um assunto hoje para os pares, para uma análise de todos, que é relacionado a um embargo de uma obra que aconteceu no Riacho Fundo em uma área pertencente aos catadores de material reciclável. É uma coisa que achamos no mínimo estranha, porque essas áreas foram distribuídas pela Secretaria do Patrimônio da União às cooperativas de catadores, depois de uma luta de mais de 10 anos, com todo um processo que vem se arrastando ao longo dos governos passados, e se conseguiu com ajuda do Governo Federal. Aqui eu quero parabenizar logicamente toda a linha de trabalho do Governo Federal nessa área, que vem revolucionando a vida desses catadores de material reciclável. O Governo Federal colocou recurso aqui para que essas três áreas fossem viabilizadas para construção de muros, para construção da universidade do catador, para organização de uma forma humana, na valorização dessas pessoas, que são mais de 4 mil no Distrito Federal e que tiveram a esperança de que isso aconteceria. De forma estranha, essa obra no Riacho Fundo, numa área que foi dada, doada de forma legal, formal, foi embargada. E ficamos sem saber por que, que tipo de embargo foi esse, se legalmente essa área é dos catadores, se o recurso vem do Governo Federal. Vejam, é o Governo Federal do PT e um governo local do PT. E o governo local embarga uma obra federal em uma das regiões administrativas, uma obra para melhorar, qualificar, dar qualidade de vida para os catadores de material reciclável. Vejam o imbróglio. E, neste momento, a Central de Cooperativas de Catadores tem um problema sério nas mãos, porque essa licitação é antiga. O construtor entregou a obra de volta, o que determina, por causa desse embargo que já foi amplamente discutido, que a Central de Cooperativas de Catadores ficará inadimplente com o Governo Federal. É uma coisa inexplicável, Sr. Presidente. Precisamos tomar alguma providência.

Eu, como tenho coordenado essa Frente Parlamentar Ambientalista e tenho trabalhado intensamente no sentido de que a questão de resíduo sólido dessa cidade seja resolvida definitivamente, gostaria de deixar aqui o meu protesto como coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista em relação a esse imbróglio criado pelo governo nessa coisa absurda que é embargar uma obra do Governo Federal na Capital da República.

Era isso que eu tinha para falar hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Agaciel Maia pela Liderança do PTC. Enquanto o Deputado assume a tribuna, quero cumprimentar os servidores da carreira de auditoria de atividades urbanísticas. Quero cumprimentar, em nome da Mesa Diretora, os cantineiros que vieram acompanhar a sessão, como também os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

servidores públicos do LACEN – Laboratório Central de Saúde Pública, que também estão na expectativa de ver seu projeto de emenda apreciado na tarde de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muitos anos assistimos no Distrito Federal à polêmica histórica quanto à questão dos condomínios fechados. São residenciais que surgiram no Distrito Federal há quatro décadas e, tantos anos depois, os moradores buscam uma solução para que, no processo de regularização, as análises e a aprovação sejam no modelo de condomínios fechados, e não de loteamentos.

Essa é uma luta que já dura alguns anos, bastantes anos. Aqui me apresento em defesa desse modelo. Exatamente por assim pensar é que, ao longo deste ano, venho trabalhando junto à Secretaria de Regularização de Condomínios – SERCOND, na elaboração de um projeto de lei que irá permitir a aprovação e o registro em cartório dos parcelamentos exatamente como condomínios fechados.

Penso que a legalização não pode andar na contramão dos interesses da população. Este modelo adotado no Distrito Federal já existe em todo o Brasil e pelo mundo afora. Portanto, nossas leis devem vir ao encontro da comunidade.

É bom ressaltar que esse novo modelo é vantajoso no quesito segurança, não somente para aqueles que optaram viver nesses residenciais, como para o próprio Estado, que hoje já não consegue se fazer presente em todas as áreas. Ganha também o Estado, uma vez que a responsabilidade pela manutenção daquele espaço passa a ser dos próprios moradores. E aqui, Sr. Presidente, temos de ressaltar que em diversos residenciais esse trabalho já vem sendo elaborado, e de forma exemplar.

O modelo de condomínio fechado é aquele que é administrado pelos próprios moradores, que assumem tanto a prestação de serviços, como a manutenção e conservação de ruas e praças, cuidados com as áreas verdes, vigilância, coleta e reciclagem de lixo, construção e manutenção dessas áreas de lazer. Sou favorável a esse novo modelo de moradia e reforço meu pensamento, lembrando que esse modelo não traz nenhum prejuízo para o Estado ou para a sociedade.

Aproveito, Sras. e Srs. Deputados, para lembrar que essa modalidade de condomínio fechado está devidamente amparada na Lei nº 4.591/64, faltando apenas uma legislação específica no âmbito do Distrito Federal. Quero lembrar também que há decisões favoráveis ao modelo de condomínio fechado. Como exemplo disso, podemos citar o julgamento da ADI no Rio Grande do Sul, que afirma a constitucionalidade dos artigos da Lei Complementar nº 246, de 2005, de Caxias do Sul, que estabelece a possibilidade de condomínios fechados. Há, portanto, Sras. e Srs. Deputados, precedentes de tribunais estaduais favoráveis à constitucionalidade de leis municipais autorizando a criação de condomínios fechados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Aqui no Distrito Federal, o governo, pela Secretaria de Regularização de Condomínios, já realizou duas audiências públicas para discutir o projeto de lei que autoriza esse novo modelo de condomínios fechados. Os moradores aguardam a última audiência e o envio de um projeto para aprovação nesta Câmara Legislativa.

Quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que os moradores aguardam o resultado dessa última audiência e quero afirmar a V.Exas. que meu voto é favorável aos moradores dos condomínios fechados.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente, se bem que tenho seis assuntos a tratar hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado. Naturalmente, V.Exa. é um Deputado bastante atuante, dedicado à coisa pública. Entretanto, nosso horário corre contra o tempo.

Convido para fazer uso da palavra o último Líder inscrito, Deputado Chico Vigilante, pela Liderança do PT/ PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero em primeiro lugar cumprimentar os servidores públicos que estão na galeria, esperando a votação dos projetos de seu interesse, bem como cumprimentar nossos queridos amigos e amigas cantineiros do Distrito Federal. Tenho certeza de que esta Casa, no dia de hoje, vai devolver a tranquilidade para vocês, aprovando o projeto em primeiro e segundo turnos, porque esse é o nosso compromisso assumido de aprovarmos esse projeto.

Mas eu quero, Deputada Arlete Sampaio, na tarde de hoje, falar de uma história muito triste, que é a da tirania praticada por um poder. A lei existe – eu tenho, Deputado Wasny de Roure, conversado com juristas, inclusive com juízes –, e a função de um julgador termina na hora em que sai a sentença. A partir dali, um outro – como é o caso, em qualquer lugar do Brasil, em qualquer lugar no Distrito Federal – assume a função: o chefe da Vara de Execuções Criminais.

O que aconteceu na sexta-feira à noite neste país – é uma coisa inaceitável, por isso os maiores juristas do Brasil e grandes jornalistas estão se insurgindo contra – é uma espécie de sequestro de Estado, Deputada Eliana Pedrosa. Ou seja: sequestram as pessoas – foi isso que o Sr. Joaquim Barbosa fez –, requisitam a Polícia Federal para fazer o sequestro, é feito o sequestro, e não entregam à Vara. Portanto, as pessoas ficaram sequestradas.

Quem está aí falando alguma coisa, poderá ser algum deles amanhã. É inaceitável que aconteça isso em nosso país! Estamos falando de ilegalidade, não estamos falando de aplicação de pena. Se for para mandar ao presídio sem a carta, qualquer autoridade que se julgar no direito pode sair recolhendo qualquer cidadão e mandar para o presídio, sem a expedição necessária da carta de prisão. Isso é crime,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

e por isso as maiores autoridades juristas deste país estão se insurgindo contra. Foi isso que ele fez, e é por isso que temos que nos insurgir contra esse tipo de ilegalidade.

Neste país tem que prevalecer a democracia. Nós que fomos às ruas para devolver o direito à liberdade em nosso país, não vamos ficar calados perante essa tirania. Os que aplaudem esse gesto hoje são os mesmos que aplaudiram o gesto da Ditadura, quando fechou o Supremo; são os mesmos que aplaudiram os gestos da Ditadura quando prendeu, torturou deputados, senadores, sindicalistas, homens e mulheres de bem deste país.

Portanto, nós não vamos nos calar contra esse tipo de crime. Isso é inaceitável. A consciência jurídica deste país não vai aceitar esse tipo de coisa. O Brasil não vai tolerar esse tipo de coisa. Os poderes existem, e aí é que entra a diferença do juiz concursado para o juiz nomeado, juiz nomeado por favores políticos, juiz que foi de gabinete em gabinete pedir para ser nomeado. É diferente do juiz que faz o concurso público, passa no concurso e só tem contas a prestar a sua consciência, é escravo da Constituição Brasileira. É disso que se está falando!

Esse tipo de tirania nós não vamos aceitar. Nós enfrentamos a Ditadura, nós enfrentamos os militares, nós fomos vigiados pelo Serviço Nacional de Informações, de triste memória. Quantos jovens foram trucidados! Quantos jovens morreram nos porões da ditadura, para que a gente tivesse liberdade neste país.

Portanto, Presidente Wasny de Roure, nós não vamos nos calar; nós não vamos aceitar pacificamente esse tipo de barbaridade. Não pode alguém que se julga acima da lei e da ordem, acima da Constituição cometer esse tipo de barbaridade. É inaceitável.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Eu peço a atenção da galeria. Nós temos aqui uma orientação de que respeitem a manifestação dos Parlamentares. Os Parlamentares foram eleitos pela população do Distrito Federal para que, de maneira regimental, pudessem se manifestar. É livre a manifestação. Naturalmente, todos aqueles que forem eleitos terão esse direito.

Por gentileza, todos vocês são bem-vindos, mas a Casa tem um ritual e esse ritual tem que ser observado.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os cantineiros presentes, na certeza de que hoje nós estaremos aqui para votar o projeto que regulariza a situação de vocês. Quero dizer como é importante para nós que nós possamos levar essa tranquilidade a vocês, que trabalham honestamente, que querem ter o conforto de todos os dias poderem colocar a cabeça no travesseiro e dizer: “Olha, eu estou ganhando o meu dinheiro honestamente e ninguém vai me perseguir, ninguém vai cortar o meu contrato, meu direito de trabalhar para sustentar minha família”.

Parabéns para vocês que escolheram realmente dar uma contribuição à saúde. O sistema de saúde envolve vocês. É muito importante também que vocês procurem levar uma alimentação saudável para as nossas crianças, para os nossos jovens, para os nossos adolescentes. Novos tempos estão aí. Nós temos uma preocupação muito grande porque as nossas crianças estão ficando obesas, nossas crianças estão com pressão alta – uma boa parcela delas hoje –, e é muito importante que vocês procurem se atualizar para levarem essa alimentação saudável para todas elas.

Também gostaria de dar um recado ao pessoal da carreira de apoio às atividades de laboratório. Nós tivemos oportunidade de conversar hoje, na reunião de Líderes, com todos os Deputados presentes, Líderes dos partidos e dos blocos aqui da Câmara Legislativa, e apenas para garantir uma segurança jurídica a vocês é que a emenda ao projeto que restauraria a gratificação nas aposentadorias não está sendo votada hoje. Por quê? Porque teria que ser da lavra de Parlamentar. E nós sabemos que em muitas e muitas vezes, quase em 100% das vezes, esse assunto é questionado pelo Ministério Público, que propõe uma ADIn, e aí aquela expectativa de direito que deixou todo mundo feliz cai por terra. Então, a segurança jurídica vem em primeiro lugar.

A Deputada Arlete Sampaio prontamente concordou com a retirada da emenda e o representante do Governo, Dr. Willemann, encarregou-se de dizer que o governo tem interesse de corrigir essa situação e mandará, o mais breve possível, um projeto de lei especificamente para corrigir essa situação.

É muito importante que a gente não faça do trabalho da Câmara Legislativa apenas um indicativo de ilusão ou de dar um conforto temporário para vocês. É muito importante que nós trabalhem com os pés no chão e que possamos oferecer aquilo que de melhor nós temos, a nossa convicção, mas a nossa convicção apoiada nas normas vigentes, e que sempre tem uma solução melhor, que vai dar essa segurança jurídica para o direito, para o desejo, para o anseio de vocês.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço. Parabenizo a todos que, organizadamente e de uma forma unida e participativa, defendem seus direitos aqui na Câmara Legislativa.

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero, em primeiro lugar, novamente fazer um apelo a todos os Parlamentares que se encontram em seus gabinetes para que venham ao plenário a fim de que possamos proceder à votação da pauta de hoje.

No Colégio de Líderes, ficou acertada a votação hoje de quatro vetos já acordados, dos projetos de Parlamentares a que se referem os itens nº 79 e seguintes, assim como cinco projetos do Executivo que já passaram por todas as comissões.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar a V.Exa. a inclusão na extrapauta dos seguintes projetos: PDL 223,2013, PDL 233, de 2013, PELO 46, de 2012, PL 1.561, de 2013 e PL 1.645, de 2013, que diz respeito aos cantineiros que estão aqui hoje aguardando a votação.

É muito importante que nestes próximos dias, tendo em vista o final dos trabalhos legislativos deste ano, agilizemos em todas as comissões a votação de projetos de interesse das pessoas residentes na cidade a fim de que possamos impedir que fique aquela concentração enorme de projetos para o último dia legislativo. São vários projetos de autoria do Poder Executivo que interessam a trabalhadores e a segmentos sociais e que ainda não foram devidamente apreciados nas comissões e que precisarão sê-lo para que possamos votar em plenário.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de gastar o meu último minuto para fazer um comentário sobre a fala do Deputado Chico Vigilante. Todos sabem, não preciso aqui repetir, mas vou repetir: eu sou militante do Partido dos Trabalhadores, sou filiada ao Partido dos Trabalhadores e sou membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

É muito importante que aprendamos uma coisa na nossa vida pública e na nossa vida política para qualquer um dos habitantes deste país. Independentemente da filiação partidária, ou independentemente da ideologia, tem uma coisa que cada um tem de defender, que é o estado democrático de direito, que é o regramento jurídico. É isso o que define uma sociedade. Aquilo que é lei, aquilo que está consagrado na lei tem de ser cumprido, independentemente de eu gostar ou não gostar, independentemente de atingir a um aliado meu ou a um adversário.

O Deputado Chico Vigilante tem razão. O que aconteceu neste país é inaceitável. Pessoas que foram condenadas a regime semiaberto não podem ser presas em regime fechado. Isso é uma arbitrariedade, e é assim que temos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

entender. Da mesma forma como eu fico indignada – e é preciso que eu repita: indignada – em ver a utilização de dois pesos e duas medidas em nossa sociedade.

E aqui eu chamo a atenção de vocês. Às vezes parece natural, mas não é. Um ex-senador da República da nossa cidade recentemente promoveu uma festa para uma filha em seu domicílio. Gastou US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares) para contratar um DJ, serviu champanhe francês, mas os seus bens estão indisponíveis. Essa pessoa tem condenação de 30 anos, está solta e continua ganhando muito dinheiro em nossa cidade. Tem também o governador do nosso estado vizinho, Goiás. Todos viram na CPI do Cachoeira a sua vinculação estreita com o esquema do crime organizado do Cachoeira. O Demóstenes Torres – todos viram – posava de vestal, enquanto teve a campanha financiada pelo Cachoeira e servia na Câmara dos Deputados como lobista aos interesses do bicheiro. E continuam soltos. O Demóstenes Torres foi aposentado com salário integral do Ministério Público. Nós vimos agora o trensalão lá do Estado de São Paulo. Nós vimos o mensalão do PSDB de Minas. Nada foi julgado, entretanto algumas pessoas ficam alucinadas, ficam enlouquecidas, aplaudindo aquilo que é feito contra o Partido dos Trabalhadores. Companheiros, isso está errado, porque nós temos que exigir o cumprimento da lei para todos. Se alguém praticou algo de ilícito tem que ser preso mesmo, mas respeitado o regramento jurídico. Não foi o que aconteceu no caso da AP 470.

Então, é contra isso que nós temos que protestar. É preciso que cada um de nós cidadãos brasileiros aprenda a respeitar as leis e exigir que elas sejam cumpridas para todos e aprenda, sobretudo, a rechaçar as arbitrariedades, porque, se hoje elas são feitas contra A, amanhã elas poderão ser feitas contra B.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Líder do Governo falou que a PELO nº 46, de 2012, já estava aprovada em todas as comissões, como está aqui no ofício da Presidência. Ela não passou na CCJ ainda. Foi confirmado pelo secretário da comissão que a PELO nº 46, de 2012, seria votada hoje na CCJ, mas não foi em função do PPCUB. Será votada na terça-feira que vem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado, só faça a solicitação, que o Presidente a encaminha. Qual a sua solicitação, Deputado? Que o projeto não foi apreciado na CCJ? Eu peço à Assessoria da Mesa que faça a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

averiguação do prazo regimental estabelecido para a comissão para a apreciação da matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu, como Presidente em exercício da CCJ, não autorizo nem...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sr. Deputado, há uma condução da Mesa. Ninguém vai tratorar ninguém. Existe uma discussão no Colégio de Líderes. Se houver algum problema, não será apreciada a matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, vou falar bem rapidamente para que possamos acelerar a votação, atendendo ao pedido do companheiro.

Eu tenho participado de todas as audiências públicas nas cidades sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS. Eu gostaria de marcar aqui particularmente duas dessas audiências: uma que houve em Taguatinga, e a outra, em Águas Claras.

Em Taguatinga, com o auditório superlotado, todos foram unânimes em fazer um apelo a esta Casa para que não permitisse mais o adensamento de Taguatinga, pois Taguatinga não suporta mais adensamento. Eles clamam pela conservação das poucas áreas verdes que restaram. Esse foi o grande clamor da cidade de Taguatinga.

Eu peço a atenção dos colegas que estão acompanhando mais de longe – porque nem todos podem ir a todas as audiências públicas – para esse recado de Taguatinga. Taguatinga faz um apelo, um apelo fortíssimo pelo não adensamento.

Também tive oportunidade, aqui na Câmara, de escutar a argumentação, em alguns momentos, do Secretário de Habitação, Magela, sempre presente, sempre se apresentando para as discussões, informando que os residentes de Águas Claras não queriam mais espaços destinados para escolas públicas. Na audiência desta última quinta-feira, em Águas Claras, todos que estiveram presentes disseram que queriam escolas públicas, que estavam faltando escolas públicas na área do Areal e da própria área vertical de Águas Claras. Que não se tocasse nas áreas destinadas a equipamentos públicos, pois falta posto de saúde, poderia ter um CAPS, posto policial, delegacias e escolas públicas.

Eu fiquei impressionada de ver. Parecia até que foi uma resposta ao que eles souberam do que aconteceu numa reunião fechada aqui com Parlamentares e com o Secretário de Habitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Foi quase um clamor, posso dizer, de tão veementes que foram as colocações de moradores – e eram de moradores mesmo. Você via que ali não havia nenhuma ligação daquelas pessoas com o viés político, com o viés de parlamentar.

Então, estou aproveitando para fazer essa comunicação aqui da tribuna para todos os Parlamentares, amigos, companheiros desta Casa, especialmente por essas duas audiências públicas, que foram muito importantes. Não se tocou em pontos pontuais, não se pediram mudanças de alteração de gabarito, mas se focou naquilo que a comunidade como um todo anseia: o não adensamento e a preservação das áreas para equipamentos públicos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero agradecer a Deus pela oportunidade. Quero agradecer aos pares, aos companheiros, à imprensa. Quero parabenizar todos os cantineiros que vieram aqui, que se organizaram, que se mobilizaram. Esta Casa realmente é a Casa do Povo, é a Casa para onde as pessoas que querem ter os seus ganhos se mobilizam e vêm.

Eu até já estou adiantando para pedir a inversão de pauta, Sr. Presidente, para votar, primeiro, esse projeto, que está aqui há muito tempo e que é merecedor. (Palmas.)

Eu só aceitei a palavra hoje, Sr. Presidente, para dizer que acho que todos nós que já fomos alunos um dia já frequentamos a cantina de uma escola. Acho que não existe escola que não tenha uma cantina.

Então, é uma categoria que merece, com muito carinho, o apreço desta Casa, merece realmente. O Governador observou isso e, com a ação de vários Deputados daqui... Já chegou aqui agora. Agora é a nossa vez de votarmos. Eu só quero dizer que vocês têm o meu voto, têm o meu apoio. Vocês são merecedores.

Nós estamos entrando numa época de preocupação com a saúde. Temos observado que todas as cantinas têm a preocupação de oferecerem realmente uma alimentação saudável às crianças que ali frequentam.

Que Deus abençoe vocês, parabéns! Estou antecipando o meu voto porque vocês merecem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Aylton Gomes.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a compreensão de V.Exa. e da Deputada Arlete Sampaio porque a PELO nº 46, de 2012, apareceu na relação para reunião de Líderes como aprovada e não foi aprovada, porque teve... Foi aprovado seu texto original, mas depois houve um substitutivo, que nós não pudemos apreciar.

Eu queria pedir a V.Exa. que nós votássemos essa PELO na sessão da próxima terça-feira. Nós a apreciaríamos na terça-feira na comissão, e ela completaria todo o ciclo. Porque nos induziu ao erro estar escrito aprovada na folha, quando não estava, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, esta Presidência não tem nenhuma dificuldade, desde que façamos o seguinte acordo: sejamos rigorosos, do ponto de vista dos prazos regimentais, porque essa matéria tramita na Casa já há algum tempo e, a exemplo da Emenda à Lei Orgânica da Fundação de Apoio à Pesquisa, o substitutivo foi votado em plenário. Estamos com várias matérias de Parlamentares e do Poder Executivo retidas nas comissões. Não temos nenhuma dificuldade. Essa matéria não está aparecendo hoje. Na semana passada, ocorreu a mesma questão. Agora, basta a população vir aqui, que se vota rapidamente. Faço um apelo aos presidentes de comissão e aos relatores, para que não desobedeçam ao regimento. Se é dado o prazo para um, temos que dar o outro. Temos que observar o Regimento desta Casa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer, essa Pelo foi votada na CCJ e foi votada na Comissão Especial. Fui Relatora e apresentei um substitutivo para adequar o texto da lei às resoluções do Conama. A regra é que a matéria volte à CCJ, para se apreciar o substitutivo. Estamos apelando aqui – e apelei lá na reunião do Colégio de Líderes –, porque estamos já no final do período legislativo, e uma PELO tem o interstício de dez dias. Se não votarmos logo, correremos o risco de não votar neste ano, e é uma questão que interessa à política habitacional do Distrito Federal.

Falei com o Deputado Robério Negreiros e ele falou que, se pedíssemos, seria possível que ele aceitasse, inclusive, dar o parecer em plenário. Agora, se não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

houver acordo dos Líderes para que isso seja feito, não será possível. Quero, novamente, pedir à Deputada Eliana Pedrosa porque ela tem dito, em todas as reuniões do Colégio de Líderes: “Deixa para a próxima terça, deixa para a próxima terça...”, e está terminando o ano. Há o interstício de dez dias.

Faço um apelo à Deputada Celina Leão, à Deputada Eliana Pedrosa e à Deputada Liliane Roriz para que votemos. E faço um apelo ao Deputado Robério Negreiros, para que ele faça o parecer em plenário. Teremos o interstício e, depois, a votação em segundo turno. Se alguma coisa estiver errada, há a possibilidade ainda de se fazer uma emenda de segundo turno. Então, que votemos hoje, para que possamos agilizar a tramitação da PELO aqui na Câmara Legislativa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Arlete Sampaio, o meu questionamento maior é quanto ao que a Deputada Eliana Pedrosa disse. Se há uma reunião de líderes e um quadro dizendo que está tudo aprovado e não está, é preocupante. A questão é essa. Agora, se houver acordo entre todos, eu hoje, como líder do PMDB pela ausência do Deputado Wellington Luiz, que está na Sedhab, não vejo nenhum tipo de problema. A única questão é que, quando olhei o quadro, vi que realmente ele está com vistas para mim. E não foi votado hoje, na CCJ, porque todos sabem que foi marcada uma audiência do PPCUB, que, em função do feriado, foi passada para a terça-feira, e não tinha como haver *quorum* hoje na CCJ.

Da minha parte, não vejo problema nenhum. Eu estava analisando o substitutivo e iria trazê-lo à votação. Agora, peço que a Presidência analise direito o que está escrito nesse relatório, para que não incorram em erro os Líderes da Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Eu estou inscrito, mas abro mão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de falar, mas primeiro saúdo o auditório, os auditores fiscais que estão aqui, esperando a aprovação do projeto, e os cantineiros que também estão na legítima busca dos seus empregos. Já demos nosso parecer na nossa comissão, e esperamos que possamos votar essa matéria hoje à tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

O que me traz a esta tribuna, nesta tarde, é o fato de que sou jovem ainda e acredito em uma mudança verdadeira em nosso país. Fico extremamente sensibilizada quando as pessoas fazem algumas confusões, porque, se hoje vivemos em uma democracia, foi porque necessariamente este país passou por uma transformação. Só que vivemos em uma democracia que precisa ser aceita principalmente pelas pessoas que ajudaram a construí-la.

As pessoas estão confundindo preso político com político preso. Temos aqui pais e mães de família que trabalham detrás de uma pia de escola, de uma cantina, fazendo salgadinhos, para ganhar 500 reais, mil reais por mês, enquanto o maior esquema de corrupção do País desviou milhões de reais. Quando começa a sair cadeia – é cadeia mesmo –, a população tem que realmente acreditar nisso e pensar que estamos vivendo uma mudança.

Quero aqui falar do Demóstenes. Demóstenes também tem que ir para a cadeia. Se houve mensalão dos democratas do PSDB... Essa política velha está quebrando nosso país. Isso é até bom para os políticos do Congresso Nacional e desta Casa entenderem aonde vai parar quem cobra favor para votar projetos, cobra dinheiro para votar projetos. Onde? Juntos com aquela ala dos políticos presos.

Não dá para fazermos de conta que não estamos vivendo um momento diferente no nosso país. E falar que eles não tiveram um tratamento... Fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e sei que o preso é carregado de algemas, Deputado Olair Francisco, em um camburão velho, caindo aos pedaços. Essa prole política veio de avião, ninguém está algemado.

Quem for falar sobre os regimes – regime fechado, regime aberto –, deve discutir isso na Justiça. Quem teve regime fechado, vai cumprir o regime fechado; quem teve o regime semiaberto, vai ter o direito ao semi-aberto. Fica a reflexão para o País inteiro. Levantar a mão assim é para a população brasileira, que tem de levantar as duas, porque vai começar a dar cadeia. Não é só para uma classe, não. Como é que vamos falar de perseguição política em uma Corte em que 8 dos 11 magistrados foram escolhidos por este Governo, Deputada Liliane Roriz? Até os embargos infringentes, que é o último grau de recurso que se pode buscar, foi solicitado e obtido.

Isso é uma reflexão e não é só para mim, Deputada Celina, mas para a minha geração, para essa geração de políticos que está aí. Se não mudarmos a forma de fazer política, vamos parar na Papuda, mesmo. E por que o cara que rouba, Deputada Liliane Roriz, um bombom, uma calça jeans, está cumprindo pena?

Temos direitos e posicionamentos diferentes. Isso que é democracia? Falar que não houve justiça... Talvez, pela primeira vez, comece a haver justiça, mas a população ainda acredita que ninguém vai ficar preso. Agora, entendemos que isso traz uma reflexão para a classe política.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Hoje, eu estava em uma reunião de uma diretoria, Deputado Prof. Israel Batista, que falava sobre a Terracap. A Terracap está licitando o Noroeste II sem entregar toda a infraestrutura que precisa entregar. Ela está dando R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) para patrocínio sem terminar de entregar o asfalto, a luz e a água. Isso também, Deputado Prof. Israel Batista, é má gestão.

Tem que começar a haver também uma penalidade nem que seja civil. As pessoas precisam ser punidas civilmente quando não há gestão eficaz na máquina pública.

Acho que não há ninguém nessa galeria que não trabalha trinta dias por mês, praticamente, para ter o seu salário.

Então, talvez nós estejamos passando de fase, mas para uma fase melhor, para uma fase onde a impunidade não vá reinar. Eu espero que esses casos que foram citados aqui pela Deputada Arlete Sampaio tenham o seguimento que precisam para que a população tenha, pelo menos, esperança, porque hoje a política está criminalizada. Quantos de vocês que estão na galeria não querem votar em 2014? Quantos? Então, esta é a reflexão: se a política não mudar, a população vai acabar com a política.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que seja colocado em votação, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 1.594, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência, uma vez consultados os Senhores Líderes, entende que, nos termos do acordo de Líderes, estão incluídos como extrapauta da sessão ordinária o PL nº 1.561, o PL nº 1.645, o Projeto de Resolução nº 73 e, ainda para conferir o aval dos nobres líderes, a PELO nº 46, bem como o Projeto de Lei nº 1.594, de 2013.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu recebi um texto que diz o seguinte:

“Prezado Deputado Agaciel Maia,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Os aprovados para o cargo de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas – especialidade Controle Ambiental vêm respeitosamente solicitar o importante apoio de Vossa Excelência para a nomeação imediata dos 66 aprovados. A nomeação atenderá às diversas demandas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, às importantes políticas públicas de mobilidade urbana e de resíduos sólidos, bem como dará agilidade aos processos de licenciamento ambiental pelos motivos abaixo expostos:

- Pretendemos dar celeridade e eficiência aos processos administrativos da ordem de bilhões de reais em obras, programas e projetos do Governo do Distrito Federal que tramitam, atualmente, no Ibram e na Semarh;

- Os aprovados são profissionais técnicos de diversas áreas, tais como geógrafos, geólogos, engenheiros ambiental, florestal, civil, biólogos, químicos, arquitetos, que se coadunam perfeitamente com a demanda, bem como com a metodologia para implantação dessas importantes políticas públicas.”

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de pedir apoio à Liderança do Governo, à Liderança do PT e aos demais líderes de partido para que façamos um apoio e sensibilizemos o governo para que chame esses 66 servidores que passaram no concurso e aguardam serem chamados.

Sr. Presidente, outro assunto específico me faz usar esta tribuna nesta tarde. É para falar um pouco, Deputada Arlete Sampaio, sobre os problemas vividos pelos moradores do Setor de Chácaras do Gama, ou seja, do Setor de Chácaras da Vila Roriz. Eu estive lá no feriado da sexta-feira. São mais de 60 famílias que vivem em 109 chácaras e que estão sofrendo com a falta de regulamentação e regularização fundiária, o que acarreta, Deputada Celina Leão, em muitos casos, a falta de energia e a falta de água encanada.

A maioria dos pequenos produtores, Deputado Prof. Israel Batista, mora no local há mais de vinte anos. Em sua grande maioria são idosos e vendem seus produtos na Feira dos Goianos, que funciona ao lado da antiga SAB, no Setor Leste do Gama, todos os finais de semana.

Os chacareiros vêm sofrendo ameaça há vários anos, justamente pela falta de regularização, pois, em determinados momentos, as chácaras fazem parte do Parque Ecológico Vivencial Ponte Alta. Em outros momentos, já não fazem mais parte desse parque ecológico. Nenhum morador pode fazer nem mesmo uma pequena reforma, seja na cozinha, na sala ou num quarto de um filho em sua casa, pois correm o risco de serem surpreendidos pela Agefis. Essas famílias, Deputada Arlete Sampaio, lutam há bastante tempo por um direito básico. Com a regularização e a entrega das escrituras, certamente o nosso governo estabelecerá um novo marco na garantia de um direito constitucional, que é o da moradia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Peço às autoridades aqui presentes que lancem um olhar diferenciado para os moradores do Setor de Chácaras da Vila Roriz, que lutam pelo direito à moradia, pelo direito a um pedaço de chão onde possam produzir e sustentar suas famílias. É muito triste olhar para o semblante daqueles senhores e senhoras, muitos deles com mais de 70 anos de idade, que praticamente imploram para ser lembrados e que não suportam mais viver nessa total insegurança, Deputada Liliane Roriz.

Peço ainda uma atenção especial do Governo do Distrito Federal para que avalie a possibilidade de fazer um recorte no programa habitacional do governo, de modo a incluir essas famílias. É muito importante que aquelas famílias que por algum motivo ainda não foram contempladas no processo de regularização possam ter suas moradias regularizadas.

Outro problema, Sr. Presidente, em que eu estive presente e alguns Deputados já conhecem, é o vivido pelos moradores do Setor de Chácaras e da Vila Roriz: a obra inacabada da creche Casa do Menino Jesus. Justamente pela falta de documentação e, em consequência, pela falta de alvará, a construção da creche não foi concluída e hoje é um esqueleto da obra serve de abrigo para marginais e viciados, causando pânico às famílias vizinhas.

A regularização da Vila Roriz vai contemplar também a obra da creche que, sendo regularizada, não terá dificuldade em conseguir o alvará e, assim, com certeza, a obra será concluída.

A creche Casa do Menino Jesus existe desde 1980 e já acolheu mais de 1.300 crianças e adolescentes carentes acometidos de câncer e suas respectivas mães e acompanhantes procedentes de vários lugares do Brasil, Sr. Presidente. Era isso que eu tinha a falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria aqui me referir à fala da Deputada Celina Leão. Ela não está presente, mas eu gostaria de me referir à fala dela, porque quero repetir e enfatizar aquilo que eu disse na minha fala quando me expressava como Líder do Governo.

Por que eu quero falar sobre a fala da Deputada Celina Leão? Porque a coisa mais fácil do mundo é a gente fazer acusação quando se trata de pessoas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

adversárias nossas. Eu queria perguntar aqui, mas não vou fazê-lo para não ser desagradável, se algum Deputado desta Casa compareceu à festa de aniversário na mansão do ex-senador cassado e se sentiu bem tomando *Veuve Clicquot* e se sentiu bem comendo as melhores comidas e bebendo as melhores bebidas? Parece que é natural que a elite brasileira possa desviar recursos públicos e nada lhe acontece.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal, independente de quem nomeou os ministros, é impressionante, alega uma teoria condenada pelos melhores juristas das melhores lavras deste País e que foi adotada à época de Hitler, que é a teoria do domínio do fato. Eu pergunto: será que eles vão usar a teoria do domínio do fato para processar os governadores Psdbistas de São Paulo com relação ao esquema Alstom-Siemens? Será que eles vão usar a teoria do domínio do fato para processar o governo do PSDB de Minas Gerais com relação ao Mensalão do PSDB mineiro? O que eu quero mostrar a todos vocês é que nós cidadãos e cidadãs honestos e decentes deste País não podemos aplaudir a arbitrariedade. Nós não podemos aplaudir a Justiça que tem dois pesos e duas medidas, que coloca o pobre na cadeia, às vezes por estar utilizando-se de meios para a subsistência. Nós não podemos aplaudir a Justiça que frequenta os mesmos ambientes dos grandes da elite.

Eu queria mostrar a vocês o julgamento aqui do TJDF e o julgamento do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal quando eu concorri ao Senado da República em 1998. Eu fazia expedientes contra a prática de um adversário político, o meu adversário político da época. Vocês precisam ver o primor que são essas declarações do juiz. É como se eu fosse uma qualquer que estivesse tendo a audácia de questionar uma pessoa impoluta que foi o Senador que foi cassado.

Então, nós não podemos aceitar em nosso País. A nossa democracia nunca será uma democracia plena se for eivada de arbitrariedades, de julgamentos monocráticos, se for eivada de atitudes persecutórias a determinadas orientações políticas. Isso é inadmissível em nosso País. Eu não posso aceitar que um réu que foi condenado...

Eu quero dizer que do interior do Partido dos Trabalhadores eu fui uma das que critiquei muitas das atitudes que levaram a esse processo. Entretanto, eu não posso aceitar que seja julgado o José Dirceu sem nenhuma prova concreta, a não ser a alegação da teoria do domínio do fato.

(Apupos nas galerias.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu não posso... Vocês podem ir à vontade. Não me incomode. Eu tenho minha convicção e continuarei defendendo-a. Não se pode acusar o José Genoíno porque assinou um empréstimo do Banco Rural. Isso está errado. Isso está errado! Não se pode acusar nem ele nem nenhum outro cidadão brasileiro.

O que nós precisamos aprender é que nós queremos defender cada vez mais a democracia plena em nosso País. Nós queremos defender cada vez mais a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

transparência no uso dos recursos públicos. Nós queremos defender cada vez mais que a gente possa punir todos os corruptos, mas dentro do regramento constitucional, respeitando as leis, respeitando o direito de defesa. É isso o que precisa ser feito.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Tem um Parlamentar na tribuna! Por gentileza, o silêncio é fundamental!

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Você não pode, meu caro amigo, porque você é contra o PT, achar que tudo o que é feito contra o PT seja correto. Isso não é democracia, isso é arbitrariedade. Nós temos que varrer do nosso País o reino da arbitrariedade. Nós queremos fazer com que cada vez mais esse País seja verdadeiramente democrático e permita que todas as pessoas tenham o mesmo direito perante a lei. É isso o que precisamos defender.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer, o último Parlamentar inscrito.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores pares, galeria composta pelos cantineiros, gostaria de cumprimentar todos na pessoa do Luiz. Parabenizo-os pelo trabalho, pela dedicação, pela unidade. Parabenizo também o Deputado Chico Vigilante, pois está nessa luta desde o início. Quando eu comecei a participar desta luta com vocês, S.Exa. já vinha nela, com sua assessoria, com o Sandro, com a Eunice, defendendo a continuidade do trabalho de vocês. Quando as escolas estavam em cidades que nem asfalto tinha, ninguém queria ir lá fazer uma cantina, porque não havia aluno direito, não tinha como se chegar à escola, ficava-se atolado, havia poeira ou lama. Agora que está tudo só no ouro, no asfalto, querem licitar tudo para todos. Por que não licitaram lá atrás, quando era difícil? O mesmo fizeram com o transporte escolar. Eu tive oportunidade de trabalhar no grupo de assentamento e fizemos onze cidades. No início, ninguém queria colocar um carro para rodar a fim de levar aluno, mas, depois que se asfaltou e ficou tudo no piche preto, vieram os tubarões, Deputado Chico Vigilante. Por isso, eu queria parabenizá-lo pela dedicação, todos, pela unidade, pela persistência, como também todos os Deputados, porque eu tenho certeza de que, hoje, vocês sairão daqui com o projeto de vocês aprovado por unanimidade.

Quereria, também, cumprimentar os auditores fiscais da categoria a qual tenho o maior orgulho de pertencer. Enfim, depois de muita discussão, o nosso projeto está na pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Quero dizer que apresentamos duas emendas, Sr. Presidente. Hoje, V.Exa. me ouviu falar com o Wilmar sobre uma delas, a questão de os fiscais também poderem estar na Secretaria de Obras, porque ela também, Deputado Chico Vigilante, fiscaliza obras públicas, e uma das nossas atribuições é esta; então se não tivesse, fora da Agefis, fiscais de obras, não perceberiam a gratificação. Na Secretaria de Obras há 28 auditores, que precisam continuar fazendo o trabalho, fiscalizando as obras públicas do governo. Então, há esta emenda e outra dizendo da redução da pessoa do DF 14, que o governo determinou, e aí há até uma discordância minha com o sindicato, não é Dudu? O sindicato pediu que fosse DF 14, mas entendo como DF 12. Um auditor fiscal que for convidado para ser chefe de núcleo não pode ser punido por isso. Nós temos uma capilaridade muito grande dentro do Distrito Federal. Quando entrou este governo, com o Governador Agnelo e o Vice Filippelli, para botar Brasília em ordem, a nossa categoria é que foi para a rua ajudar na retirada do mato e de todos os problemas que Brasília tinha. Não podemos ficar restritos, pois a nossa categoria é muito plural. Temos profissionais do mais alto gabarito e não podemos ficar presos em apenas alguns órgãos do Distrito Federal, temos de ficar livres. Lógico, a atividade fim primeira é a de auditoria fiscal, mas nós também podemos dar várias outras colaborações: o Diretor do Zoológico é da nossa carreira, assim como o Presidente do Metrô, o Secretário Adjunto de Obras e vários outros que estão aí nos orgulhando.

O projeto chegou hoje. No Colégio de Líderes, agradeço ao Deputado Wellington Luiz, à Líder Deputada Arlete Sampaio e a todos que acataram, pois mesmo não tendo passado nas comissões, farão os pareceres aqui no plenário. Esta não tem sido a rotina da Casa, mesmo em projetos de servidores temos pedido que se deva passar em todas as comissões. A Deputada Celina Leão, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, topou fazer o parecer em plenário; pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, por ser membro da carreira, eu não farei o relatório, o fará a Líder de Governo, Deputada Arlete Sampaio, como também não votarei, porque o projeto me beneficia, então, vou me abster. Agradeço a todos os Deputados que tiveram essa consciência, como o Deputado Robério Negreiros, que é do nosso partido e é nosso Líder aqui no Plenário; assim como agradeço a Comissão de Constituição e Justiça, que também fará o parecer.

Cumprimento os assistentes de laboratório, do Projeto de Lei nº 1.641, porque é importante também que possamos ajudar.

Não vou me estender, Sr. Presidente. Eu queria apenas agradecer a todos: "Pela nomeação dos aprovados para Auditores Fiscais de Controle Ambiental". O meio ambiente agradece. Há também uma preocupação muito grande deste governo de fazer a coisa certa, dentro da legalidade. Hoje mesmo estaremos reunidos. Não é, Sr. Presidente? Hoje à noite, talvez tenhamos uma reunião com o Wilmar. Se não for hoje, amanhã passaremos a manhã e a tarde com ele.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Não queremos só agradecer aos auditores fiscais de controle ambiental, mas aos auditores de transporte, que também precisam ser chamados. Fica aqui o meu compromisso com todos vocês. Parabéns! É a nossa unidade que faz nossa carreira ser respeitada e valorizada.

É a unidade de vocês, cantineiros, que vai fazer vocês saírem daqui hoje vitoriosos. Seu Luiz, das cantinas, parabéns pela luta, parabéns pelo trabalho e contem sempre conosco.

Obrigado.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu abri mão da minha fala e acho justo, agora, que passemos para as votações, para darmos prioridade às pessoas que estão aqui.

Aproveitando, Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. incluísse na pauta o requerimento de minha autoria, da Deputada Celina Leão e do Deputado Olair Francisco, para na sessão plenária de amanhã, comissão geral, se debater o projeto de lei sobre o Museu Honestino Guimarães e sua transferência para o Governo Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Liliane RORIZ, nós temos o entendimento de encaminhar todas as proposições dos parlamentares. O acordo é que apreciemos quatro, cinco vetos; as proposições dos parlamentares na Ordem do Dia, bem como os itens extrapauta. Se nós tivermos a colaboração dos parlamentares, nossa sessão fluirá com bastante rapidez. São 17h12min.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, uma vez que não há *quorum*. Caso contrário, a sessão cairá por falta de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC		X	
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR	X		
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
CELINA LEÃO	PDT	X		
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PP		X	
ELIANA PEDROSA	PPS	X		
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PDT	X		
LILIANE RORIZ	PRTB	X		
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X	
PATRÍCIO	PT		X	
PAULO RORIZ	PP		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X		
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PTB		X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que, quando iniciarmos a votação dos projetos, faça a inversão de pauta e coloque em primeiro plano, como primeiro ponto da pauta, o Projeto de Lei nº 1.645, do Poder Executivo, que trata dos cantineiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Chico Vigilante e demais Deputados, há um acordo no Colégio de Líderes de apreciarmos a pauta dos projetos dos parlamentares. Que tenhamos a compreensão dos cantineiros, dos auditores – são todos muitos importantes –, mas é importante que nós votemos esses, porque para votar o segundo turno, precisamos passar por todos eles. Então, tenhamos um pouquinho de compreensão e, com rapidez e presença dos Deputados, apreciaremos a matéria. Peço a compreensão dos colegas Parlamentares.

Item nº 47:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.175, de 2009, do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a publicidade das informações relativas à matrícula de alunos nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da parte da Liderança do PPS, liberamos para votação a PELO nº 46, de 2012.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	28



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei
nº 1175/2009, que *dispõe sobre a publicidade
das informações relativas à matrícula de
alunos nos estabelecimentos da Rede Pública
de Ensino do Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 153/2013-GAG (fis. 28/29), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1175, de 2009, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a publicidade das informações relativas à matrícula de alunos nos estabelecimentos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal".

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fis. 23.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** quanto ao conteúdo do inciso II do art. 2º e ao do art. 3º, sob o argumento de que as medidas propostas não parecem aptas a contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas para a educação.

Além disso, ainda sobre o artigo 3º, alegou que quanto à publicação no Diário Oficial, cria obrigação de caráter continuado, o que ensejaria o cumprimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

SEM EFEITO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2

Fl. nº _____

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

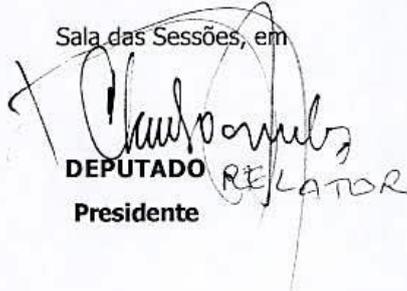
PL nº 1175, 2009

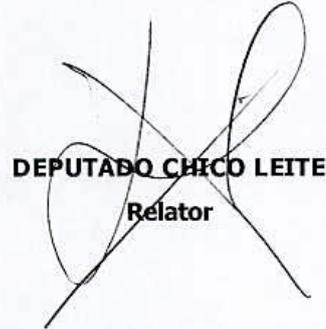
Fl. nº 54

dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público (LRF, art.15).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO RELATOR
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Procederemos à apreciação em bloco do veto parcial ao inciso II do art. 2º e ao art. 3º, salvo manifestação em contrário dos Srs. Líderes. (Pausa.)

Não havendo manifestação contrária, passa-se à apreciação do veto parcial.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto, voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 19/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AC(S): *maso E do art. 6º e art. 3º*

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) *1125/09*

Autor: Deputado(a): *Chico Leite*

Executivo

Relator: Deputado(a): *Claudio Abrantes*

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CEITINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	FVANDRO GARRA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATTISTA	PV	X					
	ROBERIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		15			09		

(Art.109 parágrafo 8º do RJ)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <i>Rafaela Magalhães</i>	ASSP Nº <i>1</i>
VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	—	VETO REJEITADO <input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	—	
AUSÊNCIAS	09	
OBSTRUÇÃO		
ASSINATURA <i>M. Magalhães</i>	CONSOLIDADO POR <i>13/11</i>	ASSP / Nº <i>1</i>
	MAT.	FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15

O veto ao inciso II do art. 2º e ao art. 3º do Projeto de Lei 1.175, de 2009, está mantido.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 48:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.317, de 2012, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a carreira assistência à educação do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme acordado na reunião de Líderes hoje, eu pedi para que esse item ficasse para a próxima terça-feira, para que eu possa fazer o convencimento dos meus companheiros aqui da Câmara.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Mesa acolhe a questão de ordem de V.Exa.

Item nº 57:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 488, de 2011, dos Deputados Luzia de Paula e Agaciel Maia, que “dispõe sobre a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal”.

Estou sendo informado de que o relatório já foi lido.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 19/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A(S): 4ª 1ª do art. 1º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°(S)

PROJETO DE LEI N°(S): 438/11

Autor: Deputado(a): Luiz de Paula

Executivo

Relato: Deputado(a): Cláudio Magalhães

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELTANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRTO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		14			10		

*(Art. 109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ Nº _____
SECRETÁRIO DEP. Cláudio Magalhães Fls. _____

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	—	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	—		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	—		

CONSOLIDADO POR Luiz de Paula ASSP/ _____ Nº _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos aos §§ 1º e 2º do art. 1º, do Projeto de Lei nº 488, de 2011.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 61:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 467, de 2011, dos Deputados Eliana Pedrosa e Joe Valle, que “dispõe sobre a política para tratamento de doenças raras no Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir à Deputada Arlete Sampaio também, porque eu acho que não tem nenhum óbice para a derrubada do veto a esse projeto de lei, que estabelece uma política para as pessoas que têm doenças raras.

Ter uma doença rara é uma das situações mais difíceis que você pode enfrentar no seio da sua família. Uma doença comum já traz tanto atropelo, tanta dificuldade, tanta dor, mas para aqueles que têm uma doença rara na família, conseguir o diagnóstico é uma das coisas mais difíceis que existem. O tratamento, nem se fala. Então, estabelecer uma política, que tenha um lócus para fazer esse atendimento foi o objetivo desse projeto. É um projeto de minha autoria e do Deputado Joe Valle. Se eu pudesse contar com a compreensão dos colegas, seria bom. Peço que reflitam um pouco sobre essa situação e encaminhem pela derrubada do veto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação.) – Deputada Eliana Pedrosa, como já tinha sido anunciado no Colégio de Líderes, nós estamos de acordo com a derrubada do veto. Portanto, voto “não”.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Muito obrigada, Deputada, pelo encaminhamento de V.Exa. como Líder do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa, Deputada Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei
nº 467/2011, que *dispõe sobre a Política para
Tratamento de Doenças Raras no Distrito
Federal e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 243/2013-GAG (fls. 35/38), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 467, de 2011, de autoria dos Deputados Eliana Pedrosa e Joe Valle.

A proposição foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fls. 26/28.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob o argumento de que a matéria trata de execução de políticas públicas de saúde, não sendo passível de intervenção legislativa, segundo dispõe o art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal. É reservada ao Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis que disponham sobre atribuições de órgãos e entidades da administração pública (LODF, art. 71, § 1º).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.


Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 19/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S): 467/11

Autor: Deputado(a): Heliana Pedrosa e Joe Valle Executivo

Relator: Deputado(a): Salvador Abrantes

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC		X				
	ARLETE SAMPAIO	PT		X				
	AYLTON GOMES	PR		X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LEÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CLAUDIO ABRANTES	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS		X				
	EVANDRO GARLA	PRB		X				
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X				
	RÔNEY NEMER	PMDB		X				
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT		X				
	TOTAL			13		11		

*(A-L109 parágrafo 8º do RE)

ASSP	SECRETÁRIO DTP. <u>Roberto Magalhães</u>	ASSP Nº <u>1</u>
VOTOS "SIM"		VETO MANTIDO
VOTOS "NÃO"	13	VETO REJEITADO <input checked="" type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO		
AUSÊNCIAS	11	
OBSTRUÇÃO		
ASSINATURA <u>[assinatura]</u>	CONSOLIDADO POR <u>B380</u> MAT.	ASSP / Nº <u>1</u> FOLHA Nº <u>1</u>



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos contrários. Houve 11 ausências.

Total de votantes: 13.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 67:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 857, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “concede prêmio à pessoa que comunicar às autoridades competentes a prática de crime contra a Administração Pública do Distrito Federal, de que resulte a efetiva recuperação de valores ao Erário”.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para apresentar relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	40



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 857/2012, que *concede prêmio à pessoa que comunicar às autoridades competentes a prática de crime contra a Administração Pública do Distrito Federal, de que resulte a efetiva recuperação de valores ao erário.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 272/2013-GAG (fls. 19/20), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto total** ao Projeto de Lei nº 857, de 2012, de autoria do Deputado Prof. Israel Datista.

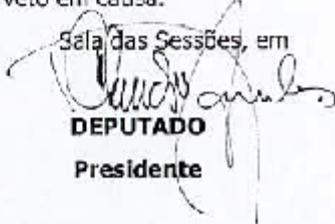
A proposição foi aprovada sem modificações, ficando a redação final conforme fls. 15.

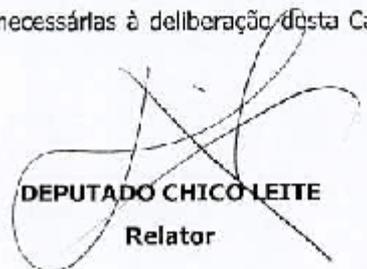
Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto total**, sob a alegação de que não se afigura razoável para o Poder Executivo premiar quem comunica a existência de crime. O crime é nocivo para toda a comunidade e não pode ser causa de lucro para ninguém, nem mesmo para aquele que o denuncia.

Além disso, argumentou o Senhor Governador que a comunicação do crime pelo cidadão já está regulamentada no Código de Processo Penal (art. 5º, § 3º).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em


DEPUTADO
Presidente


DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o acordo no Colégio de Líderes é pela manutenção do veto, ou seja, pelo voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 19/11/2013

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A(S): _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 257/12

Autor: Deputado(a): Prof. Israel Batista Executivo

Relator: Deputado(a): Cláudia Abreu

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR	X					
	BENEDITO DOMINGOS	PP				X		
	CELINA LLÃO	PDT				X		
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CIÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP				X		
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	LVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILLIANE RORIZ	PRTB	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	CLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBERTO NEGRETOS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB				X		
	WASNY DE ROURE	PT	X					
	TOTAL		13			11		

*(Art. 119 parágrafo 5º do R.I.)

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>Cláudia Abreu</u>	ASSP Nº _____	Fl.º _____
VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	<input checked="" type="checkbox"/>
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	<input type="checkbox"/>
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		
CONSOLIDADO POR <u>Paulo</u>		ASSP/ Nº _____	FOLHA Nº _____
ASSINATURA	MAT. 1584		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que todos os Parlamentares sabem da nossa responsabilidade. Acertamos, na semana passada, que votaríamos especialmente o projeto dos cantineiros no dia de hoje, para devolvermos a tranquilidade a eles. Portanto, é muito importante, é fundamental que tenhamos *quorum* de folga aqui. Eu queria fazer um apelo aos meus companheiros e amigos que estão aqui, inclusive ao Deputado Aylton Gomes, para que fiquemos aqui efetivamente para garantirmos a votação.

Item nº 79:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 991, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre as diretrizes para a promoção da alimentação saudável no Distrito Federal, em especial na rede pública de ensino e de saúde, nos estabelecimentos do sistema penitenciário, nas entidades de assistência social e nos restaurantes comunitários”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 991, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre as diretrizes para a promoção da alimentação saudável no Distrito Federal, em especial na rede pública de ensino e de saúde, nos estabelecimentos do sistema penitenciário, nas entidades de assistência social e nos restaurantes comunitários”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 80:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 178, de 2011, do Deputado Evandro Garla, em que “fica instituído o Dia dos Atletas *Masters*, a ser comemorado no dia 13 de julho de cada ano”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 178, de 2011, do Deputado Evandro Garla, em que “fica instituído o Dia dos Atletas *Masters*, a ser comemorado no dia 13 de julho de cada ano”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que deixemos para votar na próxima terça-feira o item nº 83, de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a questão de ordem de V.Exa., Deputada Luzia de Paula, e retiro da Ordem do Dia o item nº 83.

Item nº 81:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.023, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.023, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da informação dos valores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

dos imóveis e veículos automotores nos anúncios em jornais, revistas, periódicos ou outros meios de divulgação e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 82:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.199, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “institui a Política Distrital de Primeiro Emprego para Jovens e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.199, de 2012, do Deputado Robério Negreiros, que “institui a Política Distrital de Primeiro Emprego para Jovens e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

O projeto vai à sanção.

Item nº 84:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.419, de 2013, do Deputado Patrício, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia da Doença de Huntington”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.419, de 2013, do Deputado Patrício, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia da Doença de Huntington”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 85:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.308, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “inclui evento no Calendário Oficial do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.308, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “inclui evento no Calendário Oficial do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 86:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 845, de 2012, do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial das Datas Comemorativas do Distrito Federal a Semana de Prevenção e Combate a Incêndios Ambientais e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 845, de 2012, do Deputado Agaciel Maia, que “inclui no Calendário Oficial das Datas Comemorativas do Distrito Federal a Semana de Prevenção e Combate a Incêndios Ambientais e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 87:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.610, de 2010, do Deputado Chico Leite, que “acrescenta dispositivo à Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 88:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.188, de 2012, da Deputada Celina Leão, que “institui o Dia do Doador de Medula Óssea e inclui a data no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 89:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.262, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, em que “fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Mês da Fotografia”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço questão de ordem e já peço, também, que V.Exa. tenha um pouquinho de paciência comigo. Sei que V.Exa. já falou para a nobre Líder que não gostaria de entrar, neste momento, nos itens extrapauta, mas é fundamental, caso seja possível, uma exceção no dia de hoje, porque os cantineiros têm que fechar as suas cantinas. Eles me ligaram aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acolhe a questão de ordem de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Colegas, vocês acabam sendo a razão da nossa sessão. O projeto de vocês é extremamente importante, mas temos uma pauta e procuramos fazer dessa paciência de vocês um exercício para podermos apreciar matérias que estão na Casa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para demonstrar o meu legítimo ciúme, porque eu lhe fiz o mesmo pedido e V.Exa. negou. Agora o Deputado Olair lhe faz e V.Exa. aceita.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Arlete Sampaio, aceito o seu puxão de orelha. Ocorre que, entre a sua solicitação e a do Deputado Olair Francisco, pudemos votar várias matérias. Mas valeu o seu puxão de orelha.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “disciplina a atividade econômica das cantinas comerciais escolares na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Tramitação concluída. Aprovados os pareceres da CDESCTMAT, da CESC e da CCJ com emendas. A CESC deverá se manifestar sobre as emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Solicito à Comissão de Educação, Saúde e Cultura que se manifeste sobre as emendas aprovadas na CDESCTMAT.

A Presidência designa a Deputada Liliane Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Liliane Roriz, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer sobre as emendas ao Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “disciplina a atividade econômica das cantinas comerciais escolares na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências.”

Sr. Presidente, são as seguintes emendas:

A emenda apresentada pelo Deputado Chico Vigilante tem por objetivo incluir as entidades de classe dos cantineiros das escolas na escolha dos produtos a serem ofertados à comunidade escolar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

A outra emenda tem por objetivo garantir no projeto de construção das novas escolas sejam previstos espaços para a instalação de cantina comercial escolar.

A emenda apresentada por mim e pelo Deputado Olair Francisco tem por objetivo aperfeiçoar a proposição, reduzindo os valores das multas para 35% do valor originalmente proposto por se tratar de atividades comerciais de cantinas em escolas, comércio pequeno, não sendo possível as mesmas arcarem com as elevadas multas.

Quando ao mérito, com respeito à atribuição desta Comissão de Educação, Saúde e Cultura, manifesto-me favoravelmente às emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, bem como às emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre as Emendas nºs 2, 3, 4, 10 e 11, aprovadas na CDESCTMAT e sobre as Emendas e Subemendas nº 13, 14, 15 e 16, de Plenário.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da CDESCTEMAT sobre as Emendas e Subemendas nº 13, 14, 15 e 16, de Plenário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer sobre as emendas e subemendas de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “disciplina a atividade econômica das cantinas comerciais escolares na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação da Emenda Modificativa nº 13, da Emenda Modificativa nº 14, da Emenda Modificativa nº 15 e da Emenda Aditiva nº 16.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CDESCTMAT. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Chico Leite, a Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria, Emendas e Subemendas nºs 13, 14, 15 e 16, de Plenário.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas e Subemendas nºs 13, 14, 15 e 16, de Plenário, ao Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, do Poder Executivo, que “disciplina a atividade econômica das cantinas comerciais escolares na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

De igual modo, meu voto é pela admissibilidade das Emendas nºs 13, 14 e 15, Modificativas, e da Emenda nº 16, Aditiva.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.645, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Palmas.)

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.561, de 2013, do Poder Executivo, que “dispõe sobre a defesa sanitária animal no Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se, quando entrarmos nas votações em segundo turno, V.Exa. poderia incluir os Itens nºs 100 e 101, que são de minha autoria. Eu estou presente em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada Eliana Pedrosa, nós retornaremos à pauta normal.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 73, de 2013, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a incorporação da parcela individual fixa de que trata a Lei nº 3.172, de 2003, e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres nas comissões. Apresentado substitutivo de Plenário, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto e o substitutivo apresentado.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, uma matéria que tratou do equacionamento do auxílio-alimentação.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo ao Projeto de Resolução nº 73, de 2013, da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

Mesa Diretora, que “dispõe sobre a incorporação da parcela individual fixa de que trata a Lei nº 3.172, de 2003, e dá outras providências”.

No âmbito da CEOF, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula, membro da Comissão de Assuntos Sociais, para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Substitutivo do Projeto de Resolução nº 73, de 2013, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a incorporação da parcela individual fixa de que trata a Lei nº 3.172, de 2003 e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade do projeto na forma da lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o Substitutivo está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros, membro da Comissão de Constituição e Justiça, para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

Assuntos Sociais ao Substitutivo do Projeto de Resolução nº 73, de 2013, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a incorporação da parcela individual fixa de que trata a Lei nº 3.172, de 2003, e dá outras providências”.

O voto é pela admissibilidade na forma do Substitutivo apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao substitutivo está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.594, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Apresentado um substitutivo, duas emendas de plenário, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o substitutivo e emendas apresentadas.

A Presidência designa o Deputado Olair Francisco para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Olair Francisco, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.594, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

O parecer às Emendas Modificativas de Plenário nºs 1 e 2 e ao substitutivo é pela aprovação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao substitutivo e às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Rôney Nemer, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, designo a Deputada Arlete Sampaio.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito à Relatora, Deputada Arlete Sampaio, que emita parecer sobre o substitutivo e as emendas de Plenário.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo e às emendas de plenário, com as quais estamos de acordo, do Projeto de Lei nº 1.594, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”.

Somos, portanto, favoráveis à admissão e aprovação do Projeto de Lei nº 1.594, nos termos do substitutivo, com as duas emendas apresentadas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao substitutivo e às emendas de plenário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o substitutivo e as emendas de Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo e às emendas de Plenário do Projeto de Lei nº 1.594, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “reestrutura a tabela de vencimentos da Carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal e dá outras providências”

Sr. Presidente, meu voto é pela admissibilidade ao substitutivo e às respectivas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao substitutivo e às emendas de Plenário está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.594, de 2013, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

O item extrapauta nº 3 é uma PELO. Nós iremos apreciar apenas os relatórios de comissão, que poderão ser apreciados com 13 Parlamentares. Mas não teremos condições de votar em primeiro turno a matéria.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº46, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 289, § 6º, da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 46, de 2012, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 289, § 6º, da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, voto pela admissibilidade total do substitutivo apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer ao substitutivo está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

Não há *quorum* para votar a matéria, porque ela exige 16 votos; então não apreciaremos o primeiro turno da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 46, porque só temos 13 Parlamentares.

Aproveito para consultar os Líderes se há acordo para votarmos os requerimentos e moções em processo simbólico.

Item nº 95:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.267, de 2012, do Deputado Aylton Gomes, em que “fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia Distrital da Educação e da Sustentabilidade Ambiental, no âmbito do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Parlamentares.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a aferição de *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	61



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2013/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
ARLETE SAMPAIO	PT	X		
AYLTON GOMES	PR	X		
BENEDITO DOMINGOS	PP		X	
CELINA LEÃO	PDT		X	
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PP		X	
ELTANA PEDROSA	PPS	X		
EVANDRO GARLA	PRB		X	
JOE VALLE	PDT	X		
LILIANE RORIZ	PRTB		X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PATRÍCIO	PT		X	
PAULO RORIZ	PP		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV		X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X		
RÔNEY NEMER	PMDB	X		
WASHINGTON MESQUITA	PTB	X		
WELLINGTON LUIZ	PMDB		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		13	11	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Há *quorum* para continuidade da sessão.

Item nº 100:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.145, de 2012, da Deputada Eliana Pedrosa, que “acrescenta dispositivo à Lei nº 966, de 6 de dezembro de 1995, que cria, no âmbito da Secretaria de Saúde, o sistema de informação de medicamentos do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria pedir, se fosse possível, para incluir os itens nºs 102 e 103 na pauta, que são os itens na sequência.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Itens nºs 102 e 103.

Item nº 101:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.407, de 2013, da Deputada Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a semana de valorização de relacionamentos saudáveis nas unidades da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 102:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 27, de 2011, do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre a criação da modalidade de unidade de conservação denominada reserva de proteção sustentável, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 103:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 99, de 2011, do Deputado Joe Valle, que “dispõe sobre um sistema seletivo de lixo para o armazenamento e a coleta das sucatas das oficinas mecânicas e os rejeitos das empresas químicas e metalúrgicas do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha preocupação resume-se a uma questão: neste momento, nós só temos 12 Deputados em plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Eu vou solicitar ao Sr. Secretário que faça...

Deputado Chico Vigilante, alguns Parlamentares têm necessidades pessoais para ir ao toalete. Então, nós temos que tratar com discrição.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu sei, Sr. Presidente, mas o problema é que são 13 Deputados em plenário. Sem querer ser chato.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Mas a Deputada Luzia de Paula jamais iria sair numa situação de compromisso que ela tem tanto com os cantineiros, quanto com os auditores de atividades urbanas. Deputada Luzia de Paula, parabéns pelo seu compromisso com as categorias aqui presentes.

Indago aos Srs. Parlamentares se poderemos encerrar a sessão ordinária e convocar sessão extraordinária.

Antes, porém, apreciaremos, em bloco, com rapidez, os seguintes requerimentos e moções:

Item nº 106:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 546, de 2013, dos Deputados Rôney Nemer e Cristiano Araújo, que “manifesta votos de apoio pela reestruturação da carreira de Especialistas em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Item nº 107:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 547, de 2013, dos Deputados Rôney Nemer e Cristiano Araújo, que “manifesta votos de apoio pela reestruturação da carreira de enfermeiros da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Item nº 108:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 548, de 2013, do Deputado Benedito Domingos, que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio dos Santos Pedreira, jornalista, redator e ex-candidato à Presidência da República em 1989”.

Item nº 109:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 549, de 2013, do Deputado Wellington Luiz, que “parabeniza os escrivães de polícia da PCDF, relacionados em anexo, pelos excelentes serviços prestados à comunidade”.

Item nº 110:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 550, de 2013, do Deputado Aylton Gomes, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o padre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Dirceu Rigo, pároco da Paróquia Santa Rita de Cássia, pelos relevantes serviços prestados à população de Planaltina – Distrito Federal”.

Item nº 111:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 551, de 2013, do Deputado Agaciel Maia, pelo reconhecimento de mérito da atleta judoca Bárbara Miranda dos Santos, campeã sul-americana de 2013.

Item nº 112:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 552, de 2013, do Deputado Rôney Nemer e outros, que “manifesta votos de louvor por ato de bravura de Policiais Militares do 8º Batalhão Guardião de Ceilândia, do Comando de Policiamento Regional Oeste da PMDF”.

Item nº 113:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 553, de 2013, do Deputado Prof. Israel Batista, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os enfermeiros professores da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS, pelos relevantes serviços prestados à cidade no exercício de suas honrosas funções”.

Item nº 114:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 554, de 2013, do Deputado Prof. Israel Batista, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os médicos professores da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS pelos relevantes serviços prestados à cidade no exercício de suas honrosas funções”.

Item nº 115:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 555, de 2013, do Deputado Prof. Israel Batista, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os alunos de enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde – ESCS pelos relevantes serviços prestados à cidade no exercício de suas honrosas funções”.

Item nº 116:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 556, de 2013, do Deputado Dr. Michel, que “manifesta votos de louvor e congratulações aos músicos militares e demais autoridades pelos relevantes serviços prestados ao Distrito Federal”.

Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 557, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor à Missionária Cirene da Silva Inácio, atual Presidente Nacional da União de Mulheres Evangélicas do Guará pela realização do VII Congresso da UMEG”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 558, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de repúdio à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) por ocasião do repentino cancelamento do 1º Fórum de Filosofia e Ciência das Origens, que é ligado ao criacionismo científico”.

Item nº 119:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 559, de 2013, do Deputado Joe Valle, que “manifesta votos de louvor e parabeniza as pessoas que menciona pelos relevantes serviços prestados à Associação dos Produtores de Hortigranjeiros do Distrito Federal – ASPHOR”.

Item nº 120:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.865, de 2013, do Deputado Rôney Nemer, que “requer a realização de audiência pública, em 7 de novembro de 2013, em comemoração ao aniversário do Sindireta e ao Dia do Servidor Público”.

Item nº 121:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.867, de 2013, do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater a situação da cultura gospel no Distrito Federal”.

Item nº 122:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.869, de 2013, da Deputada Arlete Sampaio, que “requer realização de audiência pública em 20 de novembro, às 10h, no Plenário desta Casa, para debater o tema: Comunidades Tradicionais: direitos, avanços e retrocessos”.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.881, de 2013, da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública, no plenário desta Casa, a realizar-se no dia 14 de novembro de 2013, às 10 horas, para debater sobre os direitos dos diabéticos e a criação de um centro de referência dos diabéticos na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal”.

Item nº 126:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.870, de 2013, da Deputada Celina Leão, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 28 de novembro de 2013 em comissão geral para debater sobre o cadastramento biométrico no âmbito Distrito Federal”.

Item nº 127:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
19 11 2013	15h40min	103ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.866, de 2013, da Deputada Luzia de Paula, que “requer a retirada de tramitação e o arquivamento do Projeto de Lei nº 377, de 2011”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 562, de 2013, da Deputada Arlete Sampaio, que “manifesta voto de louvor a instituições de matriz africana do Distrito Federal e Entorno que prestam relevantes serviços sociais à comunidade em geral”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.899, de 2013, dos Deputados Liliane Roriz, Celina Leão e Olair Francisco, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 21 de novembro de 2013 em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, que ‘autoriza a cessão de uso do Museu Honestino Guimarães à União’”.

(Assume a Presidência a Deputada Eliana Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ELIANA PEDROSA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h25min.)